

AMÉRICA DO SUL: DISCURSO POLÍTICO, LÍNGUA, EMOÇÕES E VERDADE¹

Entrevista com Elvira Arnoux

The South America: political discourse, language, emotions and truth

Elvira Arnoux²
Universidad de Buenos Aires

RESUMO: Nesta entrevista, Elvira Arnoux, estudiosa de discursos sobre a língua, fundadora do campo designado por Glotopolítica, apresenta um panorama sociopolítico dos projetos de integração sul-americana e do papel das língua(s) nesse contexto, assim como aborda o tema de sua conferência no V Colóquio Internacional de Análise do Discurso - CIAD acerca das mudanças retóricas na produção do discurso político em tempos de pós-verdade, regidos pela força das emoções e das crenças subjetivas.

Palavras-chave: Integração Sul-Americana; Políticas Linguísticas; Verdade e Emoção; Discurso Político.

ABSTRACT: In this interview, Elvira Arnoux, expert in discourses analysis, founder of the field called Glotopolítica, presents a socio-political panorama of South American Integration projects and the role of language(s) in this context. She also presents her studies about the rhetorical changes in the production of political discourse in times of post-truth, governed by the force of emotions and subjective beliefs.

Keywords: South American integration; Language Policy; Truth and Emotion; Political discourse.

¹ Entrevista realizada no dia 13 de setembro de 2018, durante o **V CIAD - Colóquio Internacional de Análise do Discurso: Discurso e (pós)verdade. Efeitos de real e sentidos da convicção**. Na ocasião, a entrevistada proferiu a conferência “Discurso e verdade nas ciências da linguagem: Retórica e Análise do discurso”. A equipe responsável pela produção, transcrição, tradução e retextualização desta entrevista foi composta por Amanda Gusmão, Fernanda Silva, Gabriela Gimenez, Júlia Ferreira, Lauro Damasceno e Milena França, discentes no curso de Bacharelado em Linguística da UFSCar, e por Luzmara Curcino, docente no Departamento de Letras e no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (DL/PPGL/UFSCar). A presente entrevista contou ainda com a revisão de Vanice Sargentini, docente neste mesmo departamento e programa, e com o apoio técnico de Maísa Ramos, Helena Boschi e Mónica Guerrero Garay, respectivamente doutoras e mestre em Linguística pelo PPGL-UFSCar.

² Professora de Linguística Interdisciplinar e de Sociologia da Linguagem na Universidade de Buenos Aires e Diretora de pesquisa junto ao Instituto de Linguística desta mesma instituição. Entre outras obras, publicou *Prácticas y representaciones del lenguaje* (Eudeba, 1999); *La lectura y la escritura en la universidad* (Editora da UBA, 2004); *Análisis del discurso: modos de abordar materiales de archivo* (Santiago Arcos, 2006); *El discurso americanista de Hugo Chavez* (Biblos, 2008); e *Lenguas y discursos en la construcción de la ciudadanía sudamericana*, organizado em parceria com Daniela Lauría (UNIPE, 2016, versão digital, e em 2017, versão impressa).

1 Um breve panorama das apostas na Integração Sul-Americana

Entrevistadores: Em que consiste atualmente o processo de integração sul-americana, e qual seria sua relação com a onda de movimentos antimigratórios e com o crescimento do extremismo nacionalista?

Elvira Arnoux: Para responder a esta pergunta, é preciso antes historicizar, ou seja, contextualizar historicamente o que significa um projeto de integração sul-americana, alguns de seus princípios e acontecimentos. Se pensarmos no âmbito das repúblicas hispano-americanas, a ideia de integração remonta ao período das guerras de independência das colônias na América em relação à metrópole europeia, a Espanha. De alguma forma, essa ideia de ‘integração’ que emerge nesse contexto ativa um imaginário, uma reminiscência, sob a forma de um eco dos planos e eventos históricos anteriores ligados à constituição da “Nação Espanhola”, junto a parte dessa nação que se encontrava na América.

A partir dessas Guerras de Independência, o que se desenvolve são diferentes tendências em torno dessa ideia de integração. Uma delas se caracteriza pelo princípio comum de luta em nome de uma democracia mais autêntica, mais radical. No bojo dessa perspectiva, fortalece-se a ideia de que se deveria buscar a integração americana entre os países hispano-americanos. Em torno dessa ideia, muitas tentativas foram feitas. A primeira delas foi a de Simón Bolívar, militar e líder político venezuelano, figura-chave nessas guerras de independência das colônias americanas sob o Império espanhol, que foi movido pela ideia de formação da ‘Grande Pátria Hispano-americana’.

Ao longo de dois séculos de independência, segundo diferentes motivações, presenciamos distintos episódios de emergência dessa ideia da Integração Americana – que variava de acordo com os contextos em que surgia essa proposta, em função dos tons ideológicos que lhe eram atribuídos e dos motivos e elos políticos estabelecidos.

É interessante observar a variação das designações dadas nesses diferentes projetos de integração da América ao espaço geopolítico. As diversas nomeações compreendem a designação *Nações hispano-americanas*, mas também *Pátria Grande* – cuja designação empregada por José Gervásio Artigas, adquiriu um peso muito grande no cenário sul-americano. Também se designou por *Nuestra América mestiça*, conforme formulação de José Martí, assim como *Indo-América*, de Haya de La Torre.

Portanto, ao longo desses dois séculos, surgiram diferentes formulações para designar essa idealização comum de uma integração sul-americana. Essas ideias de integração, no

entanto, não puderam se concretizar na realidade, dado o avanço do Capitalismo, que intensificou a fragmentação dos Estados Nacionais.

No caso do Brasil, isso se deu de modo diferente. O Brasil foi um Império até o final do século XIX. Essa ideia de *Pátria Grande* chegou tardiamente aqui. Vocês têm um grande intelectual, Darcy Ribeiro (2017), que foi um defensor dessa ideia e publicou justamente um texto muito interessante sobre a *Pátria Grande*, no qual ele aborda os elementos que unem o Brasil a todos os países hispano-americanos. Ele identificou vários aspectos em comum, a ponto de afirmar, inclusive, que não haveria diferenças linguísticas entre espanhol e português, pois seriam, segundo ele, dois dialetos de uma mesma língua.

Com o avanço do Capitalismo, seu funcionamento reconhece a necessidade de certas integrações regionais, uma vez que os Estados Nacionais impõem certas limitações às dinâmicas próprias do capitalismo relativas ao tipo de desenvolvimento econômico objetivado neste sistema. De início, paradoxalmente, esse mesmo avanço do Capitalismo, que impediu organizações políticas de integração na América Latina, vai suscitar certas formas de integração regionais, entre certos países e certas regiões, que devem se limitar àquelas relacionadas ao âmbito econômico; segundo essa ótica, devem permanecer como simples integrações econômicas.

No caso latino-americano, há um exemplo claro disso, o Mercosul. Esse projeto de integração contemporâneo visa especialmente às parcerias para estabelecimento de um mercado cativo dos países centrais. Essa é a direção que tem caracterizado o Mercosul, embora, de início, se tenha buscado, além do estabelecimento de certos tipos de relações econômicas, também contemplar relações no plano cultural, de dimensão linguística.

Com o início do século XXI, uma série de posições interessantes emergem indicando que, embora seja este um espaço gerado pelas exigências do Capitalismo, era importante que essas tentativas de integração adquirissem também uma dimensão política. Um exemplo claro disso foi a formação e funcionamento da União Europeia, que tem seus parlamentos e seus organismos unitários.

Para essa forma de integração baseada em uma organização política não restrita às necessidades econômicas específicas do Capitalismo – e que envolvia a participação de distintos países –, era necessário que houvesse um imaginário compartilhado e ao mesmo tempo a possibilidade de que seus cidadãos compreendessem as línguas uns dos outros.

Esse imaginário compartilhado era algo que poderia ser facilmente ativado porque estava vinculado à nossa própria história. Quanto a isso, Hugo Chaves foi quem levou à expressão máxima: a ideia de que se devia ativar a nossa memória da independência – com

tudo o que isso implicava – para construir esse imaginário coletivo, o que tornava possível essa participação mais vinculada à ordem política, à participação política.

2 Integração política e o papel da língua

Do ponto de vista das políticas linguísticas, era preciso instaurar o reconhecimento da língua do outro. Além disso, era importante desenvolver diferentes formas de bilinguismo espanhol-português na América do Sul. Esse bilinguismo poderia implicar desde os diálogos bilíngues, tais como o que ocorre agora entre nós, nessa nossa conversa, como também o domínio efetivo das duas línguas – espanhol e português – para suprir os quadros exigidos no âmbito das atividades comuns do Mercosul. Com o objetivo de promover tanto o reconhecimento da língua do outro, quanto essas formas de bilinguismo, uma série de projetos foram organizados e realizados.

Posteriormente à criação do Mercosul, foi criada a Aliança do Pacífico. Essa aliança, estabelecida entre México, Colômbia, Peru e Chile, não tem como propósito uma integração de tipo político – embora ela seja necessariamente política. Trata-se de uma integração de viés econômico, que privilegia as relações comerciais com os Estados Unidos. Essa é a característica mais marcante do projeto de Aliança do Pacífico.

No plano linguístico, dado esse novo projeto de integração, se estimula o desenvolvimento do bilinguismo espanhol-inglês, e não o que havia sido proposto anteriormente, de bilinguismo espanhol-português. Isso implica que nossas elites hispano-americanas vão priorizar a formação em inglês e vão se socializar em inglês. São elites desenraizadas, porque não compartilham qualquer lembrança histórico-nacional, ou mesmo qualquer vínculo real, autêntico e emocional, com seu próprio povo. Esse processo de desenraizamento se pode observar nos distintos países membros do projeto de Aliança do Pacífico.

Esse cenário resulta da forte e notada presença dos Estados Unidos nos diferentes países da Aliança do Pacífico. Isso ocorre toda vez que governos progressistas perdem seus lugares para governos neoliberais. A Aliança do Pacífico, e toda sua ideologia, passa assim a ocupar um lugar fundamental em relação às políticas linguísticas.

Usemos como exemplo o que aconteceu durante o governo Michel Temer, aqui no Brasil. Nos anos e governos anteriores, houve um grande esforço e muitas dificuldades para se promover o espanhol como língua de ensino em todas as escolas de Ensino Médio, mesmo

quando essa oferta tornou-se obrigatória e foi garantida por lei³. O mesmo ocorreu com o português na Argentina⁴, lei que foi promulgada posteriormente à lei brasileira. Quando Temer assume, ele imediatamente impõe o inglês como língua obrigatória. Quando se decide adotar uma política linguística e simbólica dessa monta, se pode depreender qual é a orientação política assumida por essa gestão do Estado brasileiro.

Assim, todas as ilusões sobre a integração política sul-americana gestadas até então pelos governos progressistas vão assim desaparecendo. Quando se cria a UNASUL⁵, em 2010, visou-se desenvolver esse espaço político de integração efetiva, que o Mercosul não pode desenvolver de maneira suficiente. Em 2018, grande parte dos países participantes da UNASUL, particularmente aqueles países membros da Aliança do Pacífico e todos aqueles de governos neoliberais, se retiraram da organização.

É preciso compreender e ressaltar que houve, por parte do Mercosul, uma tentativa importante de construir uma representação da integração política, que foi a criação do PARLASUL, o Parlamento do Sul, cujos representantes seriam escolhidos por voto direto. Esse projeto não foi, no entanto, visto nem compreendido pela população como um gesto político importante.

A situação que vivemos agora está ligada ao avanço do neoliberalismo. Do ponto de vista das políticas linguísticas, assim como dos projetos de integração, o que é priorizado é a ideia de estabelecer acordo sem sua maioria de ordem bilateral, diferentemente do que se visava com o Mercosul e com a UNASUL. O objetivo do Mercosul e da UNASUL era o de formar uma rede defensiva de colaboração profunda e forte entre nossos países, que poderia permitir enfrentar conjuntamente batalhas de distintos tipos, como as diferentes crises. Entre outras ideias, se pensou em criar um banco comum, um Banco do Sul, que os países que produzem energia pudessem fornecer e ajudar aos outros países parceiros de forma justa, a ideia de produzir alimentos e de comercializá-los com base nas parcerias de apoio uns dos outros, ou seja, se previa toda uma série de medidas que se pretendia desenvolver para proteger e fortalecer os países membros.

³ Lei n. 11.161, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada em agosto de 2005 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, regulava a oferta obrigatória do ensino da língua espanhola pela escola pública no Brasil, no nível de ensino médio.

⁴ Foi aprovada em 2008 por unanimidade pelo Senado e Congresso argentinos e ratificada pela presidente Cristina Kirchner, de modo a regular a oferta obrigatória do ensino do português em escolas de nível médio e também em escolas primárias de Províncias da região de fronteira com o Brasil.

⁵ A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é uma organização intergovernamental composta pelos doze Estados da América do Sul. Foi fundada dentro dos ideais de integração sul-americana multissetorial, conjugando as duas uniões aduaneiras regionais: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina (CAN).

Neste novo cenário, retomando a pergunta sobre o aumento das políticas antimigratórias, e de extremismos protonacionalistas, elas devem ser vistas como resultantes do avanço do neoliberalismo, pujante e dominante entre nós, em que a figura dos Estados Unidos é muito forte e decisiva. A política neoliberal e antimigratória dos Estados Unidos afetou, inclusive, o NAFTA⁶, composto pelos países México, Estados Unidos e Canadá. A ideia dos Estados Unidos, dada a sua luta econômica com a China, é estabelecer aliados, mas cada aliança é feita de uma maneira particular com cada um dos estados, oscilando quanto aos termos do acordo em função da ‘queda de braços’ política e institucional. Portanto, a questão que levantei está imersa nesse problema atual para esses estados, em que se vê expressos os problemas relativos aos excessos nacionalistas, à migração e à virada à direita de setores da população.

3 Discurso Político e tradição retórica: Verdade, Emoção e Crença

Entrevistadores: O discurso político é uma das frentes de seus interesses de pesquisa, em particular aliada a seus estudos de Retórica. Há alguma ‘novidade’ na produção do discurso político hoje, nesse momento em que se tem discutido uma mudança quanto as formas de produção da verdade, nesse tempo designado como o da pós-verdade?

Elvira Arnoux: Para responder a essa questão, sem dúvida, é preciso novamente historicizar, recuar no tempo. Em função de meus estudos em Retórica, e particularmente da história da educação retórica, tal como expressa nos manuais escolares do século XIX, é possível identificar mudanças no ‘regime de verdade’, quanto as formas de produção, circulação e persuasão mobilizadas no discurso político, do passado e de hoje. Um dos aspectos fundamentais tem a ver com o modo como a “emoção” e a “crença” são exploradas.

Os termos “verdade”, “emoção” e “crença” e suas possíveis articulações ou deslindes aparecem insistentemente na tradição retórica e incidiram na reflexão sobre o discurso político. Na atualidade, a relação entre esses termos é investigada a partir do conceito de “pós-verdade”, usado para caracterizar práticas políticas da fase neoliberal que se apoiam na expansão midiática – audiovisual e, sobretudo, digital. Nelas, a verdade se apresenta como

⁶ O NAFTA é um Acordo de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Agreement) com finalidade econômica e comercial – também chamado bloco econômico – formado por Estados Unidos, Canadá e México.

assentada nas crenças e emoções do locutor e é esta origem que anula a possibilidade de controvérsia, já que ela é ou não aceita, mas não é discutida.

Para a Retórica, crenças e emoções, particularmente as que são próprias do auditório ou que se quer gerar nele, devem ser levadas em conta para alcançar o efeito persuasivo. Elas intervêm associadas ao desenvolvimento argumentativo. Mais do que no campo do ‘verdadeiro’, o discurso se assenta no ‘verossímil’, ainda que este possa se apresentar como um indício próprio da verdade. Mesmo assim, ainda que se possa recorrer a enunciados reconhecidamente verdadeiros, o discurso, nessa tradição retórica, apela fundamentalmente às certezas e evidências compartilhadas pelos interlocutores. Ambos se encadeiam seguindo as normas argumentativas do dispositivo colocado em funcionamento (gênero, circunstância de interlocução, interlocutores). As crenças do locutor não podem determinar, por si próprias, o caráter verdadeiro de um enunciado. Elas devem se sustentar em juízos fundamentados que, por certo, podem se apoiar, e em muitos casos é conveniente que se apoiem, em emoções.

A tradição retórica se interessa pelas provas que se designam como ‘provas técnicas’, isto é, aquelas que, presentes no discurso, estão a serviço da argumentação. A Retórica não se dedica apenas ao *logos*, ou seja, ao encadeamento de enunciados que levam a uma determinada conclusão, mas também ao *ethos*, ou seja, à representação do locutor (que inclui aspectos emocionais), e ao *pathos*, ou seja, às estratégias destinadas a comover e a mobilizar o auditório.

O discurso fundamentado tende, então, a convencer a partir da colocação em funcionamento de procedimentos capazes de produzir o ‘efeito de verdade’, e a persuadir graças também a processos identificatórios, para os quais o ‘emocional’ é uma peça-chave.

Embora o ensino retórico baseie-se em fornecer instrumentos para que o discurso alcance seus objetivos, os manuais do século XIX que estudamos não deixam de lado a especificidade de certos aspectos formativos que, nesse período, quando se formam os Estados Nacionais, devem ser levados em conta pelos futuros cidadãos provenientes das novas classes dirigentes que atuarão no espaço público. Entre estes aspectos, um fator importante diz respeito à moral e, fundamentalmente, à moral cívica (ARNOUX, 2015). É ela que legitima o discurso político, já que ela baliza seu dizer segundo uma vontade de dizer verdadeiro (ou do que o locutor considera verdadeiro, já que estamos no campo do opinável) em relação aos problemas que afetam a comunidade.

No que concerne às emoções, reconhece-se sua intervenção na persuasão, mas, para não perturbar o desdobramento do raciocínio, que é o elemento central nesse processo, estas devem ser disciplinadas e reguladas (ARNOUX, 2018). Para alcançá-lo, a Retórica estabelece

os gêneros e as zonas do discurso em que se pode discorrer com emoção, apelando à emoção, e segundo determinados modos específicos de semiotizá-las.

O regime de verdade (que, como tal, segundo Castro (2018), opera a exclusão do que se considera falso e inscreve uma determinada manifestação da verdade em elementos institucionais), do qual depende a instituição pedagógica, é próprio da modernidade e das instâncias democráticas liberais. Nele, valoriza-se o raciocínio e a verdade “factual” que pode ser sustentada por provas e também refutada a partir de outras provas e, ainda que se reconheça o peso das emoções, considera-se que estas não podem anular o raciocínio nem serem extrapoladas em um homem educado. Assim, nessa tradição escolar, ainda balizada pelos princípios da Retórica, os oradores seguem os ideais da sociedade burguesa, tal como se expunham nos manuais de urbanidade (ARNOUX, 2017).

Constituía o processo de expressão retórica o modo como se enunciava. Um dizer verdadeiro precisava se mostrar franco e sincero. A Retórica, para isso buscava, formar um orador que fosse capaz de improvisar ou de dar a impressão de um discurso improvisado. Para isso, se insistia no saber técnico que cada orador deveria dominar quando enfrentava o seu auditório e se investia na importância de uma escrita prévia, própria, na qual se apoiar para falar com maior fluência e fundamentação.

4 Pós-verdade e discurso político: emoções e crenças subjetivas

No caso dos discursos políticos atuais, que se caracterizam, entre outros aspectos, por sua roteirização, como se fossem filmes para circular na TV ou nas plataformas digitais de vídeo, isso requer do orador político ensaios prévios do que foi elaborado por outros (os assessores de imagem e os redatores dos discursos oficiais, que recorrem reiteradamente aos resultados de entrevistas massivas para elaborar o que acham que o público gostaria de ouvir), e não um domínio do saber retórico. O que o político precisa é de um conhecimento circunstancial destinado à *actio*. Isto se acentua ainda mais quando os vídeos não são ‘ao vivo’, quando são gravados, já que se pode voltar a gravar, sucessivas vezes.

Aliado a esse contexto técnico distinto, segue-se apelando a ‘crenças’ e a ‘emoções’, mas de modo distinto do que aqueles previstos no passado. Antes, as ‘crenças’ serviam para produzir um discurso fundamentado, que tivesse em conta aquelas compartilhadas pelo auditório, de tal maneira a facilitar o acesso à fundamentação que se desenvolvia. Isso na atualidade se alterou. Antes, as ‘emoções’ ativavam os mecanismos persuasivos, mas não

anulavam o peso do *logos*, além de serem mobilizadas em campos definidos e em gêneros específicos e adequados. Isso na atualidade também se alterou. Esta centralidade do *logos*, destinado a produzir uma verdade convincente, se atenua consideravelmente nos nossos dias, nos discursos políticos. O que passa a ocupar a cena principal, na atualidade, são as crenças e as emoções do locutor ou as crenças sustentadas por emoções que outorgam às primeiras seu caráter de verdade (subjetiva).

No século XXI, outro regime de verdade busca se impor, entre outros campos, no da política. A verdade é enunciada como crença sustentada em uma emoção declaradamente sincera (se fala de coração, se fala afetivamente), o que dificulta o seu questionamento, o debate quanto a sua propriedade, já que o que prevalece, o que vale, é uma experiência subjetiva.

O “objetivo” e o racional perdem peso frente ao emocional, uma vez que a “a crença começa ali onde o *logos* fracassa” (RITVO, 1987, p. 8). A valorização extrema das emoções projeta nas práticas discursivas políticas de hoje em dia aquilo que é próprio do marketing, privilegiando o papel dos afetos no comportamento dos consumidores que os assumem e agem de acordo com eles, uma vez que são manipulados, graças a estratégias variadas que favorecem esse resultado.

Como a oposição verdade/falsidade não é pertinente, as ‘falsas notícias’, que hoje são exploradas para se ganhar eleições, recorrem, sem controle e em muitos casos sem questionamentos ou impedimentos, aos meios digitais. Ainda que se chegue a denunciá-las, já exerceram a influência pretendida sobre os usuários. No discurso político com clara influência empresarial, própria do neoliberalismo, os mecanismos associados com a “pós-verdade” contemporânea se nos mostram com particular clareza. Seus efeitos, tanto nós na Argentina quanto vocês no Brasil, conhecemos bem.

Referências

ARNOUX, Elvira. Teaching eloquence in a transition period: Hispanic handbooks of rhetoric in the first half of the nineteenth century. **Res Rhetorica**, Journal of Polish Rhetorical Society, n. 1, p. 7-33, 2015.

ARNOUX, Elvira. Los manuales de retórica y los de urbanidad del siglo XIX: el control de las emociones como marca de distinción. **Rétor**, v. 7, n. 2, p. 110-134, 2017.

ARNOUX, Elvira. El disciplinamiento de la discursividad y sus desplazamientos en los manuales de retórica del siglo XIX destinados a la educación secundaria. In: ARNOUX,

Elvira; GIRALDO, Isabel Cristina Gutiérrez; PAPALINI, Vanina (orgs.). **Procesos de subjetivación y control**. Una mirada crítica a los procesos de disciplinamiento. Cali: Universidad del Valle, 2018.

CASTRO, Edgardo. Crítica y veridicción en Michel Foucault. **AGlo**, Anuario de Glotopolítica, n. 2, p. 107-115, 2018.

HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. El despertar de América Latina. In: **Obras Completas**, v. I. Lima: MejiaBaca, 1985.

MARTÍ, José. **Nuestra América - Nossa América**. Edição Bilíngue. Brasília: Editora da UnB, 2011.

MARTÍ, José. **Política de Nuestra América**: México. Buenos Aires: Editora Siglo Veinteuno, 1984.

MANUEL Ugarte. **O sonho da Pátria Grande**. Coleção Pensadores da Pátria Grande, v. 1. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina**: Pátria Grande. 3 ed. São Paulo: Global Editora, 2017.

RITVO, Juan Bautista. Creencia y argumentación. **Paradoxa**. Literatura/Filosofía, ano 2, n. 2, 1987.

Recebido em: 12 de fevereiro de 2020.

Aceito em: 17 de abril de 2020.